



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
 Secretaria Geral Judiciária
 Coordenadoria de Conciliação e Execução em Face da Fazenda Pública

PRECATÓRIOS
EXPEDIENTE GERAL DO MUNICÍPIO IVAIPORÃ
EGM nº 121

TERMO DE AUDIÊNCIA

Em 30 de abril de 2019, às 14h30, na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, perante a Excelentíssima Presidente do TRT, a Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu, comparecem o Excelentíssimo Prefeito do Município de Ivaiporã, o senhor Miguel Roberto do Amaral, e o Procurador Jurídico Municipal, o advogado Paulo Roberto Belo (OAB-PR 16521), para tratar do pagamento dos débitos habilitados em precatórios, indicados no relatório de fls. 362-364. Presentes também os procuradores dos exequentes, que subscrevem a ata ao final. A Presidência do TRT, iniciada a audiência, determinou a entrega aos presentes de cópias da Informação Cocef nº 737/2019 e do relatório de fls. 438-440, contemplando informações sobre todos os precatórios pendentes de pagamento, inclusive a ordem cronológica. Em seguida, a Presidência deu continuidade à instrução processual em curso, iniciada a partir do despacho de fl. 407-verso, apresentando os seguintes questionamentos ao Município: **(1)** em relação ao Precatário 00007-2014-073-09-00-6, tendo como exequente Ana Ivosyssyn Sebold, com petição de acordo juntada à fl. 376, **(i)** se o pagamento acordado teve início, nada obstante pender de homologação, na forma requerida; **(ii)** se o pagamento será realizado diretamente à credora e, dessa forma, não se dará a partir das parcelas mensais de R\$ 130.000,00 indicadas na ata de fl. 373, como informado pelo Procurador do Município à secretaria; **(2)** comprovada a autorização legislativa para a celebração de acordos, nos termos da Lei Municipal nº 2.556/2014, juntada à fl. 414, qual o ato ou procedimento administrativo que assegurou isonomia aos 151 (cento e cinquenta e um) credores que precedem o crédito habilitado no Precatário 00007-2014-073-09-00-6, tendo como credora Ana Ivosyssyn Sebold, como atesta o relatório de fls. 438-440. O Município esclarece que não iniciou o pagamento e aguardava pronunciamento da Presidência do TRT, como assim o resultado da presente audiência. Com esses esclarecimentos, **(i)** considerando que o Município destinou, em acordo anterior, um pagamento mensal de R\$ 80.000,00 aos precatórios representados pelo advogado Elso Cardoso Bitencourt; **(ii)** considerando que na petição de fl. 425 o Município reitera a proposta de pagamentos mensais de R\$ 50.000,00 aos precatórios representados pelo escritório dos advogados Flávio Pereira Teixeira e Creusa Pereira Teixeira; a Presidência concedeu a palavra ao Município para apresentar proposta de pagamento para os demais precatórios. O Município propõe um pagamento mensal máximo de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), a ser destinado à quitação de todos os precatórios habilitados até o momento, consignados no relatório de fls. 439-441, num total de 187 (cento e oitenta e sete) precatórios, perfazendo um montante não atualizado de R\$ 17.192.670,71 (dezessete milhões, cento e noventa e dois mil, seiscentos e setenta reais e setenta e um centavos). Os pagamentos mensais, agora em valor elevado para R\$ 180.000,00, continuam a ser realizados a partir da conta de repasse do Fundo de Participação do Município, observado o decênio já indicado pelo Município. Os advogados presentes, representantes dos credores, acolhem a proposta do Município, quanto aos valores mensais de R\$ 180.000,00 a serem destinados à quitação de todos os 187 precatórios. Acordam ainda as partes que os pagamentos mensais observarão a ordem cronológica de apresentação dos precatórios, nos termos do artigo 100 da Constituição Federal, indicada no relatório de fls.



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
 Secretaria Geral Judiciária
 Coordenadoria de Conciliação e Execução em Face da Fazenda Pública

439-441, com preferência dos créditos previstos no parágrafo 2º desse artigo 100. Entre os credores preferenciais, os portadores de doença grave precederão àqueles com preferência por idade e deficiência física, observado quanto a estes a ordem do protocolo do pedido de pagamento preferencial. O Precatório 0007-2014-073-09-00-6 será pago na forma ora acordada, ou seja ficando sem efeito o acordo celebrado de forma individual e direta entre as partes, junto à fl. 376. Os valores depositados até a presente audiência serão liberados na forma do acordo registrado na ata de fl. 373, com destinação de R\$ 80.000,00 e R\$ 50.000,00 para os credores representados respectivamente pelo Dr Elso Bitencourt e pelo Dr Flavio Teixeira. **Juros:** acordam as partes a que a fluência se dê até a data da audiência. Após, deixam de fluir até 31/12/2024, quando voltarão a incidir sobre os créditos remanescentes. **Atualização monetária:** haverá incidência contínua, durante todo o período de pagamento parcelado, observados os parâmetros legais vigentes à época do pagamento de cada parcela. **Descontos fiscais e previdenciários:** quando cabíveis serão calculados e recolhidos junto ao Juízo da execução, quando da liberação dos valores aos credores. Quanto aos credores ausentes, a Presidência determina à secretaria que entre em contato com os advogados ausentes informando-lhes sobre as tratativas e o acordo celebrado, ao qual poderão aderir mediante petição dirigida à Presidência do TRT, certificando nos autos. Nada mais havendo, encerrou-se a audiência.

Marlene T. Fuverki Saguimatsu
Desembargadora Presidente do TRT da 9ª Região

Miguel Roberto do Amaral
Prefeito do Município de Ivaiporã

Paulo Roberto Belo
Procurador Jurídico Municipal
OAB-PR 16521

Ana Cristina González Sanchez
OAB-PR 49615

Edna Maria Bueno Salviano de Albuquerque
OAB-PR 96616

Elso Cardoso Bitencourt
OAB-PR 13957



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
 Secretaria Geral Judiciária
 Coordenadoria de Conciliação e Execução em Face da Fazenda Pública

[Assinatura]
 Flavio Pereira Teixeira
 OAB-PR 17679

[Assinatura]
 Jose Macias Nogueira Junior
 OAB-PR 31848

[Assinatura]
 Julio Cesar Calcas de Araujo
 OAB-PR 82762

[Assinatura]
 Marcelo dos Reis
 OAB-PR 60803

[Assinatura]
 Viviane Fichta Braz
 OAB-PR 66265

[Assinatura]
 Danielle Nascimento
 OAB-PR 40033

[Assinatura]





JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
 Secretaria Geral Judiciária
 Coordenadoria de Conciliação e Execução em Face da Fazenda Pública

-PRECATÓRIOS
EXPEDIENTE GERAL DO MUNICÍPIO IVAIPORÃ
EGM nº 121

TERMO DE AUDIÊNCIA

(13-junho-2019)

Em 13 de junho de 2019, às 14h30, na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, perante a Excelentíssima Presidente do TRT, a Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu, comparece o Procurador Jurídico Municipal, o advogado Paulo Roberto Belo (OAB-PR 16521), para tratar do pagamento dos débitos habilitados em precatórios, indicados no relatório de fls. 479, em continuidade à audiência de 30/abril (fls. 443-445). Presente o advogado Fernando Bueno de Castro, procurador do exequente Espólio de Luiz Bezzerra Filho (precatório 985-2014-073-09-00-8), que subscrevem a ata ao final. Certificou a secretaria que, nesta data, recebeu telefonema do escritório do advogado Deusdério Tormina, que representa o credor Augusto Aparecido Machado, informando que não comparecerão na presente audiência, porém apresentarão petição aderindo ao acordo. Informou ainda a secretaria que contactou o advogado Thiago Carvesan Antunes, neste ato, procurador do exequente Terezinha Batista dos Santos (precatório 304-2013-073-09-00-0), que noticiou impossibilidade de comparecimento. A Presidência do TRT, inicialmente, lembrou: **(1)** tratar-se de audiência em continuidade àquela realizada no último dia 30/abril, cujo termo foi juntado às fls. 443-445, para tratar dos precatórios ainda não conciliados; informou que dos 187 precatórios pendentes, num total aproximado de R\$ 17,2 milhões, as partes ajustaram, perante a Presidência do TRT, o pagamento parcelado de 184 precatórios; ou seja, restam pendentes de ajuste para o pagamento apenas os 3 precatórios objeto da presente audiência, que representam um valor estimado de 4% por cento da dívida total, como revela a Informação Cocef nº 968/2019 (fl. 479); **(2)** na audiência de 30/abril o município e os advogados de credores presentes celebraram acordo nos seguintes termos, em síntese: **(a)** elevação do pagamento mensal para R\$ 180.000,00, mantendo-se a garantia de quitação do valor acordado mediante a retenção de valores do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ação executada pelo TRT sem a intervenção do executado; **(b)** pagamentos com estrita observância da ordem cronológica de apresentação dos precatórios, indicada no relatório de fls. 439-441, nos termos do art. 100 da Constituição Federal; **(c)** na quitação dos créditos preferenciais, os portadores de doença grave precederão àqueles com preferência por idade e deficiência física, observado quanto a estes a ordem do protocolo do pedido de pagamento preferencial, observando-se também as regras constitucionais (CF, art. 100, § 2º); **(d)** fluência dos juros de mora até a data da audiência (30/04/2019); após, deixam de fluir até 31/12/2024 (marco temporal previsto no art. 101 do ADCT), quando voltarão a incidir sobre os créditos remanescentes até a quitação integral da dívida do município; **(e)** incidência de atualização monetária de forma contínua, durante todo o período de pagamento parcelado, observados os parâmetros legais vigentes à época do pagamento de cada parcela; **(f)** descontos fiscais e previdenciários, quando cabíveis, calculados e recolhidos junto ao Juízo da execução, quando da liberação dos valores aos credores; **(3)** a secretaria encaminhou aos advogados ausentes na audiência as seguintes cópias, mediante correspondência eletrônica: no e-mail de fl. 447, cópia da ata da audiência de 30/abril (fls. 443-445) e do Relatório Cocef nº 7/2019 (fls. 439-442); no e-mail de fl. 460, cópia da Informação



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
 Secretaria Geral Judiciária
 Coordenadoria de Conciliação e Execução em Face da Fazenda Pública

Cocef nº 804/2019 (fls. 455-459); (4) os advogados não presentes na audiência de 30/abril foram convidados para esta audiência mediante a correspondência eletrônica de fl. 468. Informou também que a retenção mensal do FPM já foi elevada para o valor acordado - R\$ 180.000,00 - , como revela o comprovante bancário do fl. 463, relativo ao depósito em conta judicial em 10/maio. A secretaria entregou às partes presentes, antes do início da audiência, cópia da Informação Cocef nº 804/2019 (fls. 455-459, enviada anteriormente via e-mail), que indica a relação geral de precatórios pendentes de pagamento e a evolução da dívida, mês a mês, com a incidência de IPCA-E estimado até 31/12/2024 e, após, essa data, com IPCA-E e juros de mora, abatendo-se, desde o início do pagamento acordado, os valores mensais de R\$ 180.000,00. O procurador do exequente Espólio de Luiz Bezerra Filho, com anuência do Procurador Jurídico Municipal, aderiu aos termos do acordo estabelecido na audiência de 30 de abril último, o que foi acolhido pela Presidência do Tribunal. Determinou a Presidência à secretaria as seguintes providências: (1) com a petição do advogado Deusdério Tormina, os respectivos autos de precatório deverão vir à conclusão; (2) contatar o substabelecido - o advogado Vinicius Gabaldi Lovato (OAB-PR 65.802), pelo advogado Thiago Caversan Antunes, fornecendo-lhe as informações sobre as tratativas conciliatórias, com vistas à possível adesão ao acordo em exame, com a possibilidade, inclusive, de designação de audiência perante a Presidência do Tribunal. Nada mais havendo, encerrou-se a audiência.

Marlene T. Fuverki Suguimatsu
 Desembargadora Presidente do TRT da 9ª Região

Paulo Roberto Belo
 Procurador Jurídico Municipal
 OAB-PR 16521

Fernando Bueno de Castro
 OAB-PR 42637

